

PREFEITURA DO LAGOA DE ITAENGA
ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO
 Dezembro(31/12/2018)

Exercício de 2018

ISOLADO:3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



Documento Assinado Digitalmente por: ALLEN WALDIR RAMOS FERREIRA, MARIA DAS GRACAS DE ARRUDA SILVA
 Acesso em: https://epec.fce.pe.gov.br/epm/validaDocumento.aspx?CodigoDocumento=7703015035947f194e0g03e110de31

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	7.787.841,10	4.887.142,58	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	13.452.825,55	12.241.230,79
<u>ORDINÁRIO</u>	<u>2.145,35</u>	<u>118.688,64</u>	<u>ORDINÁRIO</u>	<u>9.174.888,28</u>	<u>3.243.132,06</u>
<u>VINCULADO</u>	<u>7.785.695,75</u>	<u>4.768.453,94</u>	<u>VINCULADO</u>	<u>4.277.937,27</u>	<u>8.998.098,73</u>
APOIO FINANCEIRO DOS MUNICÍPIOS - AFM/FMS	180.525,18	0,00	APOIO FINANCEIRO DOS MUNICÍPIOS - AFM/FMS	180.525,18	0,00
INVESTIMENTO	18.475,59	0,00	RECURSO DE CONVÊNIO	432.421,53	0,00
OUTROS RECURSOS DO SUS	1.301.473,79	0,00	RECURSOS DA FARMÁCIA BÁSICA	24.002,77	0,00
PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA - PSE	305,04	0,00	RECURSOS DA SAÚDE BUCAL	9.504,00	182.519,00
PSE	13.996,76	0,00	RECURSOS DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE	261.646,47	63.688,79
RECURSO DE CONVÊNIO	35.000,00	0,00	RECURSOS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	7.756,67	15.109,00
RECURSOS DA FARMÁCIA BÁSICA	118.909,06	111.148,07	RECURSOS DO MAC - SAMU	274.691,65	756,14
RECURSOS DA SAÚDE BUCAL	421.365,13	361.636,05	RECURSOS DO MAC - TETO FINANCEIRO	926.283,26	1.062.283,26
RECURSOS DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE	195.355,24	204.311,84	RECURSOS DO NASF	241.926,86	69.146,80
RECURSOS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	13.873,29	9.187,76	RECURSOS DO PAB	821.552,74	0,00
RECURSOS DO MAC - SAMU	315.314,51	327.999,99	RECURSOS DO PACS	839.632,56	774.462,04
RECURSOS DO MAC - TETO FINANCEIRO	1.521.449,82	870.914,76	RECURSOS DO PMAQ	3.800,00	250,00
RECURSOS DO NASF	263.714,09	200.536,90	RECURSOS DO PSF	253.741,63	6.829.883,70
RECURSOS DO PAB	982.543,75	580.524,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	7.485,28	5.551,90
RECURSOS DO PACS	744.292,91	700.175,68	<u>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS</u>	<u>7.485,28</u>	<u>5.551,90</u>
RECURSOS DO PMAQ	427.871,36	262.556,52	REPASSE CONCEDIDO	7.485,28	5.551,90
RECURSOS DO PSF	1.231.230,23	1.139.462,37	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	2.169.849,90	1.079.014,48
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	4.356.900,04	5.175.986,01	<u>RESTOS A PAGAR (PAGOS)</u>	<u>676.289,47</u>	<u>0,00</u>
<u>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS</u>	<u>4.356.900,04</u>	<u>5.175.986,01</u>	RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	3.000,00	0,00
REPASSE RECEBIDO	4.356.900,04	5.175.986,01	RP PROCESSADOS PAGOS	673.289,47	0,00
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	3.615.379,90	2.944.311,30	<u>CONSIGNAÇÕES</u>	<u>1.429.301,88</u>	<u>1.041.525,12</u>
<u>RESTOS A PAGAR (INSCRIÇÃO)</u>	<u>2.296.801,68</u>	<u>1.706.197,73</u>	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	596.963,73	542.064,57
RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	0,00	75.500,00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	490.455,49	182.009,28
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	2.296.801,68	1.630.697,73	ISS	11.134,30	0,00
<u>CONSIGNAÇÕES</u>	<u>1.285.344,81</u>	<u>1.223.999,80</u>	OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	1.821,40	32.476,28
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	580.624,74	558.515,16	PENSÃO ALIMENTÍCIA	19.148,73	14.950,37
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	351.795,42	327.668,24	RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	292.785,29	243.970,60
ISS	11.877,29	9.335,55	RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	16.992,94	26.054,02
OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	1.821,40	0,00	<u>CRÉDITOS À RECEBER</u>	<u>64.258,55</u>	<u>37.489,36</u>
PENSÃO ALIMENTÍCIA	18.898,73	14.950,37	CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA	34.507,13	37.489,36

PREFEITURA DO LAGOA DE ITAENGA
ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO
 Dezembro(31/12/2018)

Exercício de 2018

ISOLADO:3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



2 of 2

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	300.973,11	287.823,94	PAGO		
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	19.354,12	25.706,54	CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO	29.751,42	0,00
<u>CRÉDITOS À RECEBER</u>	<u>33.233,41</u>	<u>14.113,77</u>	MATERNIDADE PAGO		
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO	27.713,46	14.113,77	SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE	754.818,49	624.858,18
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE PAGO	5.519,95	0,00	<u>CAIXA</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
SALDOS DO EXERC. ANTERIOR	624.858,18	943.215,46	<u>CONTA ÚNICA</u>	<u>736.621,32</u>	<u>512.956,55</u>
<u>CONTA ÚNICA</u>	<u>624.858,18</u>	<u>943.215,46</u>	<u>APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA</u>	<u>18.197,17</u>	<u>111.901,63</u>
TOTAL	16.384.979,22	13.950.655,35	TOTAL	16.384.979,22	13.950.655,35

Documento Assinado Digitalmente por: ALLEN WALDIR RAMOS FERREIRA, MARIA DAS GRACAS DE ARRUDA SILVA
 Acesso em: https://etec.tce.pe.gov.br/emp/validarDoc.seam Código do documento: 777c3c15-b359-47fd-944e-0a03c11bde31



NOTAS EXPLICATIVAS

IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA

O Fundo Municipal de Saúde de Lagoa de Itaenga é uma pessoa jurídica de direito público interno representando a entidade de administração pública no município, sendo a sede do poder executivo, tendo autonomia política, administrativa, patrimonial e financeira.

Criado oficialmente como Fundo por força de Lei Municipal, o Fundo Municipal de Saúde surgiu inscrita sobre o CNPJ 11.464.118/0001-97, estando atualmente localizada na Rua 21 de Abril, 01, Centro de Lagoa de Itaenga, representando entidade máxima na administração pública no referido município, sendo a sede do poder executivo.

Para divulgação de informações a sociedade se utiliza do portal <http://www.itaenga.pe.gov.br/> e <http://pemma.dcfiorilli.com.br:8078/transparencia/>.

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Diretrizes Contábeis - O Balanço do Fundo Municipal de Saúde de Lagoa de Itaenga integra a Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Lagoa de Itaenga e refere-se às ações governamentais executadas pelas diversas Secretarias e Fundos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, integrantes do Orçamento Fiscal.

No ano de 2008, foi publicada a Portaria do Ministério da Fazenda nº 184, de 25 de agosto de 2008, que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no Setor Público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. A partir dessa portaria, a Secretaria do Tesouro Nacional começou a introduzir mudanças na contabilidade pública no sentido de promover, de forma gradual, a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade publicadas pela *International Federation of Accountants* – IFAC, instruções e Plano de Contas do Sistema de Auditoria Eletrônica do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e às Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, respeitados os aspectos formais e conceituais estabelecidos na legislação vigente.

As demonstrações que compõem o Balanço do Fundo Municipal de Saúde, foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal; da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;

Da lei nº 698/2017 de 13/12/2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o ano de 2018.

Lei 695/2017 de 22/09/2017, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2018;

Lei 699/2017 de 13/12/2017, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual de Lagoa de Itaenga para o exercício de 2018;



Do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, bem como das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16) e outras normas que regulam o assunto.

Para a contabilização da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social foram utilizados os critérios constantes do art. 35 da Lei n.º 4.320/64.

Para divulgação de informações a sociedade se utiliza do portal <http://www.itaenga.pe.gov.br/>

A contabilização do exercício de 2018 foi feita no Sistema de Contabilidade Pública Integrado – SCPI na maioria dos órgãos, ficando apenas a Câmara Municipal que se utiliza de outro sistema. Consideram-se o exercício econômico o ano-calendário, e todos atendem as normas e legislações em vigor. As demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas estão apresentadas com valores expressos em reais.

O Balanço do Fundo Municipal de Saúde, referente ao exercício financeiro de 2018 está composto pelas seguintes demonstrações: Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, pela Demonstração das Variações Patrimoniais, Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstrativo dos Fluxos de Caixa exigidos pela Lei nº 4.320/64 e complementado por Notas Explicativas.

RESUMO DAS PÓLÍTICAS CONTÁBEIS

CRITÉRIOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Aspectos Gerais das Demonstrações Contábeis

As estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

A elaboração das demonstrações contábeis das IPCs tem por base as contas contábeis do modelo de Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) aplicável à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, estendido pelo Plano de Contas Contábil do TCE/PE.

Critérios de Reconhecimento e Classificação das Receitas e Despesas Orçamentárias

No Balanço Financeiro, as receitas e as despesas orçamentárias estão elencadas por sua fonte/destinação de recurso. As receitas são reconhecidas pelo regime de caixa e as despesas são reconhecidas de acordo com o seu empenhamento, ou seja, antes mesmo do fato gerador da despesa ter ocorrido, conforme art. 60 da Lei Federal nº 4.320/64. De forma que, as despesas empenhadas e não pagas, reconhecidas como restos a pagar, são acrescidas do lado dos “Ingressos” como “Recebimentos Extraorçamentários”, conforme parágrafo único do art. 103 da Lei Federal nº 4.320/64.

Critérios de Reconhecimento e Classificação dos Recebimentos Extraorçamentários

As contas listadas como Recebimentos Extraorçamentários são todas aquelas cujos valores transitaram positivamente em contas do sistema financeiro. Consideram-se ainda os valores inscritos em restos a pagar, que por força do parágrafo único do artigo 103 da Lei Federal 4.320/64 compõem esse grupo



O Anexo 13 da Lei nº 4.320/64, define a estrutura do Balanço Financeiro, no qual a Receita Orçamentária é desdobrada segundo sua destinação e funções e a Despesa Orçamentária segundo sua destinação e funções. Os Ingressos e os Dispêndios do Balanço Financeiro para os Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social demonstram o movimento das operações financeiras do exercício, evidenciando a Receita e a Despesa Orçamentárias, os recebimentos e os pagamentos de natureza Extra Orçamentária, bem como os saldos financeiros provenientes do exercício anterior e os que transferem para o exercício seguinte, conforme demonstrado abaixo:

INGRESSOS		
DESCRIÇÃO	VALOR - R\$	AV
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	7.787.841,10	47,53%
ORDINÁRIO	2.145,35	0,01%
VINCULADO	7.785.695,75	47,52%
APOIO FINANCEIRO DOS MUNICÍPIOS - AFM/FMS	180.525,18	1,10%
INVESTIMENTO	18.475,59	0,11%
OUTROS PROGRAMAS DO SUS	1.301.473,79	7,94%
PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA - PSE	305,04	0,00%
PSE	13.996,76	0,09%
RECURSOS CONVÊNIO	35.000,00	0,21%
RECURSOS DA FARMÁCIA BÁSICA	118.909,06	0,73%
RECURSOS DA SAÚDE BUCAL	421.365,13	2,57%
RECURSOS DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE	195.355,24	1,19%
RECURSOS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	13.873,29	0,08%
RECURSOS DO MAC - SAMU	315.314,51	1,92%
RECURSOS DO MAC - TETO FINANCEIRO	1.521.449,82	9,29%
RECURSOS DO NASF	263.714,09	1,61%
RECURSOS DO PAB	982.543,75	6,00%
RECURSOS DO PACS	744.292,91	4,54%
RECURSOS DO PMAQ	427.871,36	2,61%
RECURSOS DO PSF	1.231.230,23	7,51%
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS (RECEBIDA)	4.356.900,04	26,59%
RECEBIMENTOS (EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	3.615.379,90	22,07%
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	624.858,18	3,81%
TOTAL	16.384.979,22	100,00%

A receita orçamentária totalizou R\$ 7.787.841,10, equivalente a 47,53% do total, sendo a Receita Ordinária somou R\$ 2.145,35, ou seja, recursos arrecadados no exercício referente a recursos próprios.

A análise do Balanço Financeiro permite verificar todos os valores que interferiram de alguma forma no resultado financeiro do exercício, visto que este deve listar todos os ingressos e saídas financeiras executadas no período.



DISPENDIO		
DESCRIÇÃO	VALOR - R\$	AV
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	13.452.825,55	82,10%
ORDINÁRIO	9.174.888,28	56,00%
VINCULADO	4.277.937,27	26,11%
APOIO FINANCEIRO DOS MUNICÍPIOS - AFM/FMS	180.525,18	1,10%
INVESTIMENTO	0,00	0,00%
OUTROS PROGRAMAS DO SUS	0,00	0,00%
PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA - PSE	0,00	0,00%
PSE	0,00	0,00%
RECURSOS CONVÊNIO	432.421,53	2,64%
RECURSOS DA FARMÁCIA BÁSICA	24.002,77	0,15%
RECURSOS DA SAÚDE BUCAL	9.504,00	0,06%
RECURSOS DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE	261.646,47	1,60%
RECURSOS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	7.756,67	0,05%
RECURSOS DO MAC - SAMU	274.691,65	1,68%
RECURSOS DO MAC - TETO FINANCEIRO	926.735,21	5,66%
RECURSOS DO NASF	241.926,86	1,48%
RECURSOS DO PAB	821.552,74	5,01%
RECURSOS DO PACS	839.632,56	5,12%
RECURSOS DO PMAQ	3.800,00	0,02%
RECURSOS DO PSF	253.741,63	1,55%
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS (CONCEDIDA)	7.485,28	0,05%
PAGAMENTOS (EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	2.169.849,90	13,24%
SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	754.818,49	4,61%
TOTAL	16.384.979,22	100,00%

A Despesa Orçamentária totalizou R\$ 13.452.825,55, equivalente a 82,10% do total, sendo a Despesa Ordinária somou R\$ 9.174.888,28, ou seja, despesas empenhadas no exercício referente a recursos próprios.

Análise do Resultado Apurado

A análise e a verificação do Balanço Financeiro têm como objetivo predominante preparar os indicadores que servirão de suporte para a avaliação da gestão financeira. Tal demonstrativo parte do saldo inicial de 2018 (ou final de 2017) e demonstra a entrada e saída de recursos financeiros, bem como suas equivalências, até chegar ao saldo final disponível em bancos conta movimento e aplicações, ao término de 2018.

Dessa forma, podemos demonstrar resumidamente a composição e movimentação do saldo financeiro, conforme segue:



DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente relatório buscou retratar com clareza e objetividade as informações apresentadas nas demonstrações contábeis, bem como seus resultados do período de janeiro a dezembro de 2018, buscando o máximo de transparência aos usuários das informações. E para qualquer outro esclarecimento necessário, a contadoria municipal, responsável pela elaboração do presente relatório, ficará à disposição.

Flávia Janaina Marinho Spinelli
Secretária Municipal de Saúde

Moabe Gleidson Francisco Barbosa
Responsável pelo Controle Interno

Allen Waldir Ramos Ferreira
Contador CRC PE nº 023266/O-4



PREFEITURA DO LAGOA DE ITAENGA
ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO
 Dezembro(31/12/2018)

Exercício de 2018

ISOLADO:4 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	641.431,58	728.216,36	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	1.788.254,75	1.577.914,72
<u>ORDINÁRIO</u>	4,04	0,00	<u>ORDINÁRIO</u>	1.446.941,99	679.458,43
<u>VINCULADO</u>	641.427,54	728.216,36	<u>VINCULADO</u>	341.312,76	898.456,29
APOIO FINANCEIRO DOS MUNICÍPIOS - AFM/FMAS	72.210,07	0,00	APOIO FINANCEIRO DOS MUNICÍPIOS - AFM/FMAS	72.210,07	0,00
FDS	114,33	0,00	PROGRAMA CRIANÇA FELIZ	105.629,84	0,00
PAIF	7.492,50	4.183,95	RECURSO BPC NA ESCOLA	2.008,00	0,00
PROGRAMA CRIANÇA FELIZ	117.273,85	75.463,92	RECURSO DO CREAS	9.848,74	0,00
RECURSO BPC NA ESCOLA	1.849,56	1.415,00	RECURSO DO IGD BOLSA FAMÍLIA	12.118,22	0,00
RECURSO DO CREAS	69.443,75	85.467,34	RECURSO DO IGD SUAS	4.749,49	0,00
RECURSO DO IGD BOLSA FAMÍLIA	115.604,01	125.072,00	RECURSO DO SCFV	123.691,90	0,00
RECURSO DO IGD SUAS	26.195,33	23.075,68	RECURSOS DO CRAS	11.056,50	0,00
RECURSO DO SCFV	130.444,14	262.338,47	VINCULADO	0,00	898.456,29
RECURSOS DO CRAS	100.800,00	151.200,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	0,00	18.775,52
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	727.367,74	679.458,43	<u>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS</u>	<u>0,00</u>	<u>18.775,52</u>
<u>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS</u>	<u>727.367,74</u>	<u>679.458,43</u>	REPASSE CONCEDIDO	0,00	18.775,52
REPASSE RECEBIDO	727.367,74	679.458,43	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	219.438,50	82.469,94
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	417.524,57	281.886,38	<u>RESTOS A PAGAR (PAGOS)</u>	<u>71.468,97</u>	<u>0,00</u>
<u>RESTOS A PAGAR (INSCRIÇÃO)</u>	<u>268.531,00</u>	<u>176.739,98</u>	RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	3.212,00	0,00
RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	0,00	3.212,00	RP PROCESSADOS PAGOS	68.256,97	0,00
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	268.531,00	173.527,98	<u>CONSIGNAÇÕES</u>	<u>125.430,91</u>	<u>78.943,97</u>
<u>CONSIGNAÇÕES</u>	<u>141.177,16</u>	<u>104.307,51</u>	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	79.300,77	56.086,13
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	81.990,98	67.448,96	OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	0,00	320,61
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	6.648,64	7.009,72	RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	46.130,14	20.770,61
ISS	1.890,35	2.947,15	RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	0,00	1.766,60
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	50.647,19	25.111,75	<u>CRÉDITOS À RECEBER</u>	<u>22.538,62</u>	<u>3.525,97</u>
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	0,00	1.789,93	CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA	8.095,29	2.205,97
<u>CRÉDITOS À RECEBER</u>	<u>7.816,41</u>	<u>838,89</u>	PAGO		
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO	3.196,41	838,89	CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO	14.443,33	1.320,00
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE PAGO	4.620,00	0,00	MATERNIDADE PAGO		
SALDOS DO EXERC. ANTERIOR	289.331,57	278.930,58	SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE	67.962,21	289.331,57
<u>CONTA ÚNICA</u>	<u>289.331,57</u>	<u>278.930,58</u>	<u>CAIXA</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
TOTAL	2.075.655,46	1.968.491,75	<u>CONTA ÚNICA</u>	<u>66.718,10</u>	<u>267.939,57</u>
			<u>APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA</u>	<u>1.244,11</u>	<u>21.392,00</u>

PREFEITURA DO LAGOA DE ITAENGA
ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO
 Dezembro(31/12/2018)

Exercício de 2018



2 of 2

ISOLADO:4 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
			TOTAL	2.075.655,46	1.968.491,75

Documento Assinado Digitalmente por: ALLEN WALDIR RAMOS FERREIRA, MARIA DAS GRACAS DE ARRUDA SILVA
 Acesso em: https://eicetce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 777c3c15-b359-47fd-944e-0a03c11bd31



NOTAS EXPLICATIVAS

IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA

O Fundo Municipal de Assistência Social de Lagoa de Itaenga é uma pessoa jurídica de direito público interno, representando a entidade de administração pública no município, sendo a sede do poder executivo, tendo autonomia política, administrativa, patrimonial e financeira.

Criado oficialmente como Fundo por força de Lei Municipal, o Fundo Municipal de Assistência Social surgiu inscrita sobre o CNPJ 15.424.996/0001-30, estando atualmente localizada na PC Maria Aurora nº12, Centro de Lagoa de Itaenga, representando entidade máxima na administração pública no referido município, sendo a sede do poder executivo.

Para divulgação de informações a sociedade se utiliza do portal <http://www.itaenga.pe.gov.br/> e <http://pemma.dcfiorilli.com.br:8078/transparencia/>.

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Diretrizes Contábeis - O Balanço do Fundo Municipal de Assistência Social de Lagoa de Itaenga integra a Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Lagoa de Itaenga e refere-se às ações governamentais executadas pelas diversas Secretarias e Fundos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, integrantes do Orçamento Fiscal.

No ano de 2008, foi publicada a Portaria do Ministério da Fazenda nº 184, de 25 de agosto de 2008, que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no Setor Público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. A partir dessa portaria, a Secretaria do Tesouro Nacional começou a introduzir mudanças na contabilidade pública no sentido de promover, de forma gradual, a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade publicadas pela *International Federation of Accountants* – IFAC, instruções e Plano de Contas do Sistema de Auditoria Eletrônica do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e às Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, respeitados os aspectos formais e conceituais estabelecidos na legislação vigente.

As demonstrações que compõem o Balanço do Fundo Municipal de Assistência Social, foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal; da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;

Da lei nº 698/2017 de 13/12/2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o ano de 2018.

Lei 695/2017 de 22/09/2017, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2018;

Lei 699/2017 de 13/12/2017, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual de Lagoa de Itaenga para o exercício de 2018;



Do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, bem como das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16) e outras normas que regulam o assunto.

Para a contabilização da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social foram utilizados os critérios constantes do art. 35 da Lei n.º 4.320/64.

Para divulgação de informações a sociedade se utiliza do portal <http://www.itaenga.pe.gov.br/>

A contabilização do exercício de 2018 foi feita no Sistema de Contabilidade Pública Integrado – SCPI na maioria dos órgãos, ficando apenas a Câmara Municipal que se utilizaram de outros sistemas. Consideram o exercício econômico o ano-calendário, e todos atendem as normas e legislações em vigor. As demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas estão apresentadas com valores expressos em reais.

O Balanço do Fundo Municipal de Assistência Social, referente ao exercício financeiro de 2018 está composto pelas seguintes demonstrações: Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, pela Demonstração das Variações Patrimoniais, Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstrativo dos Fluxos de Caixa, exigidos pela Lei nº 4.320/64 e complementado por Notas Explicativas.

RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

CRITÉRIOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Aspectos Gerais das Demonstrações Contábeis

As estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

A elaboração das demonstrações contábeis das IPCs tem por base as contas contábeis do modelo de Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) aplicável à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, estendido pelo Plano de Contas Contábil do TCE/PE.

Critérios de Reconhecimento e Classificação das Receitas e Despesas Orçamentárias

No Balanço Financeiro, as receitas e as despesas orçamentárias estão elencadas por sua fonte/destinação de recurso. As receitas são reconhecidas pelo regime de caixa e as despesas são reconhecidas de acordo com o seu empenhamento, ou seja, antes mesmo do fato gerador da despesa ter ocorrido, conforme art. 60 da Lei Federal nº 4.320/64. De forma que, as despesas empenhadas e não pagas, reconhecidas como restos a pagar, são acrescidas do lado dos “Ingressos” como “Recebimentos Extraorçamentários”, conforme parágrafo único do art. 103 da Lei Federal nº 4.320/64.

Critérios de Reconhecimento e Classificação dos Recebimentos Extraorçamentários

As contas listadas como Recebimentos Extraorçamentários são todas aquelas cujos valores transitaram positivamente em contas do sistema financeiro. Consideram-se ainda os valores inscritos em restos a pagar, que por força do parágrafo único do artigo 103 da Lei Federal 4.320/64 compõem esse grupo para fazer contrapartida aos valores empenhados na despesa orçamentária e não pagos. Nesse grupo



O Anexo 13 da Lei nº 4.320/64, define a estrutura do Balanço Financeiro, no qual a Receita Orçamentária é desdobrada segundo sua destinação e funções e a Despesa Orçamentária segundo sua destinação e funções. Os Ingressos e os Dispendios do Balanço Financeiro para os Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social demonstram o movimento das operações financeiras do exercício, evidenciando a Receita e a Despesa Orçamentárias, os recebimentos e os pagamentos de natureza Extra-Orçamentária, bem como os saldos financeiros provenientes do exercício anterior e os que transferem para o exercício seguinte, conforme demonstrado abaixo:

INGRESSOS		
DESCRIÇÃO	VALOR - R\$	AV
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	641.431,58	30,90%
<u>ORDINÁRIO</u>	4,04	0,00%
<u>VINCULADO</u>	641.427,54	30,90%
APOIO FINANCEIRO DOS MUNICÍPIOS - AFM/FMAS	72.210,07	3,48%
FDS	114,33	0,01%
PAIF	7.492,50	0,36%
PROGRAMA CRIANÇA FELIZ	117.273,85	5,65%
RECURSO BPC NA ESCOLA	1.849,56	0,09%
RECURSO DO CREAS	69.443,75	3,35%
RECURSOS DO IGD BOLSA FAMÍLIA	115.604,01	5,57%
RECURSOS DO IGD SUAS	26.195,33	1,26%
RECURSOS DO SCFV	130.444,14	6,28%
RECURSOS DO CRAS	100.800,00	4,86%
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS (RECEBIDA)	727.367,74	35,04%
RECEBIMENTOS (EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	417.524,57	20,12%
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	289.331,57	13,94%
TOTAL	2.075.655,46	100,00%

A receita orçamentária totalizou R\$ 641.431,58, equivalente a 30,90% do total, sendo a Receita Ordinária somou R\$ 4,04, ou seja, recursos arrecadados no exercício referente a recursos próprios.

A análise do Balanço Financeiro permite verificar todos os valores que interferiram de alguma forma no resultado financeiro do exercício, visto que este deve listar todos os ingressos e saídas financeiras executadas no período.



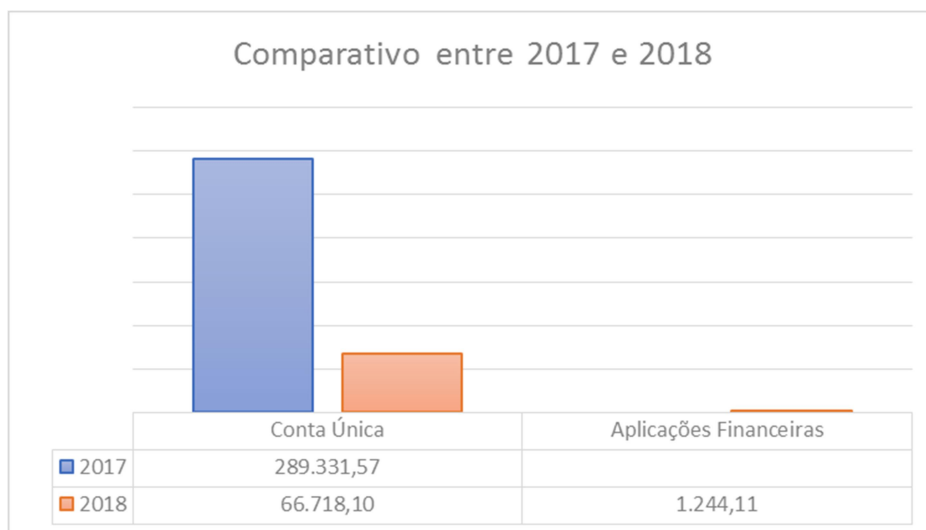
DISPENDIO		
DESCRIÇÃO	VALOR - R\$	AV
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	1.788.254,75	86,15%
ORDINÁRIO	1.446.941,99	69,71%
VINCULADO	341.312,76	16,44%
APOIO FINANCEIRO DOS MUNICÍPIOS - AFM/FMAS	72.210,07	3,48%
FDS	0,00	0,00%
PAIF	0,00	0,00%
PROGRAMA CRIANÇA FELIZ	105.629,84	5,09%
RECURSO BPC NA ESCOLA	2.008,00	0,10%
RECURSO DO CREAS	9.848,74	0,47%
RECURSOS DO IGD BOLSA FAMÍLIA	12.118,22	0,58%
RECURSOS DO IGD SUAS	4.749,49	0,23%
RECURSOS DO SCFV	123.691,90	5,96%
RECURSOS DO CRAS	11.056,50	0,53%
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS (CONCEDIDA)	0,00	0,00%
PAGAMENTOS (EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	219.438,50	10,57%
SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	67.962,21	3,27%
TOTAL	2.075.655,46	100,00%

A Despesa Orçamentária totalizou R\$ 1.788.254,75, equivalente a 86,15% do total, sendo a Despesa Ordinária somou R\$ 1.446.941,99, ou seja, despesas empenhadas no exercício referente a recursos próprios.

Análise do Resultado Apurado

A análise e a verificação do Balanço Financeiro têm como objetivo predominante preparar indicadores que servirão de suporte para a avaliação da gestão financeira. Tal demonstrativo parte do saldo inicial de 2018 (ou final de 2017) e demonstra a entrada e saída de recursos financeiros, bem como suas equivalências, até chegar ao saldo final disponível em bancos conta movimento e aplicações, ao término de 2018.

Dessa forma, podemos demonstrar resumidamente a composição e movimentação do saldo financeiro, conforme segue:





DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente relatório buscou retratar com clareza e objetividade as informações apresentadas nas demonstrações contábeis, bem como seus resultados do período de janeiro a dezembro de 2018, buscando o máximo de transparência aos usuários das informações. E para qualquer outro esclarecimento necessário, a contadoria municipal, responsável pela elaboração do presente relatório, ficará à disposição.

JOSINALDO JOSÉ GOMES

Secretário Municipal de Assistência Social

Moabe Gleidson Francisco Barbosa

Responsável pelo Controle Interno

Allen Waldir Ramos Ferreira

Contador CRC PE nº 023266/O-4

PREFEITURA DO LAGOA DE ITAENGA
ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO
 Dezembro(31/12/2018)

Exercício de 2018



1 of 1

ISOLADO:5 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	485.405,94	8.599,13	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	138.094,25	63.801,62
<u>ORDINÁRIO</u>	485.405,94	8.599,13	<u>ORDINÁRIO</u>	138.094,25	63.801,62
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	58.000,00	70.556,54	ORDINÁRIO	0,00	63.801,62
<u>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS</u>	58.000,00	70.556,54	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	1.915,96	2.476,68
REPASSE RECEBIDO	58.000,00	70.556,54	<u>RESTOS A PAGAR (PAGOS)</u>	1.400,00	0,00
EXTRA-ORÇAMENTARIA	3.729,44	4.187,89	RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	1.400,00	0,00
<u>RESTOS A PAGAR (INSCRIÇÃO)</u>	0,00	1.940,80	<u>CONSIGNAÇÕES</u>	515,96	2.476,68
RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	0,00	1.940,80	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	419,76	2.455,63
<u>CONSIGNAÇÕES</u>	3.729,44	2.247,09	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	88,20	0,00
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	3.729,44	2.004,97	ISS	8,00	21,05
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	0,00	0,00	SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE	741.272,03	334.146,86
ISS	0,00	242,12	<u>CAIXA</u>	0,00	0,00
SALDOS DO EXERC. ANTERIOR	334.146,86	317.081,60	<u>CONTA ÚNICA</u>	735.078,94	334.146,86
<u>CONTA ÚNICA</u>	334.146,86	317.081,60	<u>APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA</u>	6.193,09	0,00
TOTAL	881.282,24	400.425,16	TOTAL	881.282,24	400.425,16

Documento Assinado Digitalmente por: ALLEN WALDIR RAMOS FERREIRA, MARIA DAS GRACAS DE ARRUDA SILVA
 Acesso em: https://etce.ice.pe.gov.br/epm/validarDocumento.aspx?CodigoDoDocumento: 7f7c3c15-b359-47fd-944e-0a03c11bd431



NOTAS EXPLICATIVAS

IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA

O Fundo Municipal da Criança e do Adolescente de Lagoa de Itaenga é uma pessoa jurídica de direito público interno, representando a entidade de administração pública no município, sendo a sede do poder executivo, tendo autonomia política, administrativa, patrimonial e financeira.

Criado oficialmente como Fundo por força de Lei Municipal, o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente surgiu inscrita sobre o CNPJ 05.548.385/0001-40, estando atualmente localizada na Rua Maria Aurora, nº12, Centro de Lagoa de Itaenga, representando entidade máxima na administração pública no referido município, sendo a sede do poder executivo.

Para divulgação de informações a sociedade se utiliza do portal <http://www.itaenga.pe.gov.br/> e <http://pemmac.dcfiorilli.com.br:8078/transparencia/>.

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Diretrizes Contábeis - O Balanço do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente de Lagoa de Itaenga integra a Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Lagoa de Itaenga e refere-se às ações governamentais executadas pelas diversas Secretarias e Fundos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, integrantes do Orçamento Fiscal.

No ano de 2008, foi publicada a Portaria do Ministério da Fazenda nº 184, de 25 de agosto de 2008, que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no Setor Público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. A partir dessa portaria, a Secretaria do Tesouro Nacional começou a introduzir mudanças na contabilidade pública no sentido de promover, de forma gradual, a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade publicadas pela *International Federation of Accountants* – IFAC, instruções e Plano de Contas do Sistema de Auditoria Eletrônica do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e às Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, respeitados os aspectos formais e conceituais estabelecidos na legislação vigente.

As demonstrações que compõem o Balanço do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal; da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;

Da lei nº 698/2017 de 13/12/2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o ano de 2018.

Lei 695/2017 de 22/09/2017, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2018;

Lei 699/2017 de 13/12/2017, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual de Lagoa de Itaenga para o



exercício de 2018;

Do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, bem como das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16) e outras normas que regulam o assunto.

Para a contabilização da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social foram utilizados os critérios constantes do art. 35 da Lei n.º 4.320/64.

Para divulgação de informações a sociedade se utiliza do portal <http://www.itaenga.pe.gov.br/>

A contabilização do exercício de 2018 foi feita no Sistema de Contabilidade Pública Integrado – SCPI, na maioria dos órgãos, ficando apenas a Câmara Municipal que se utilizaram de outros sistemas. Consideram o exercício econômico o ano-calendário, e todos atendem as normas e legislações em vigor. As demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas estão apresentadas com valores expressos em reais.

O Balanço do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, referente ao exercício financeiro de 2018, está composto pelas seguintes demonstrações: Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstrativo dos Fluxos de Caixa, exigidos pela Lei nº 4.320/64 e complementado por Notas Explicativas.

RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

CRITÉRIOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Aspectos Gerais das Demonstrações Contábeis

As estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

A elaboração das demonstrações contábeis das IPCs tem por base as contas contábeis do modelo de Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) aplicável à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, estendido pelo Plano de Contas Contábil do TCE/PE.

Critérios de Reconhecimento e Classificação das Receitas e Despesas Orçamentárias

No Balanço Financeiro, as receitas e as despesas orçamentárias estão elencadas por sua fonte/destinação de recurso. As receitas são reconhecidas pelo regime de caixa e as despesas são reconhecidas de acordo com o seu empenhamento, ou seja, antes mesmo do fato gerador da despesa ter ocorrido, conforme art. 60 da Lei Federal nº 4.320/64. De forma que, as despesas empenhadas e não pagas, reconhecidas como restos a pagar, são acrescidas do lado dos “Ingressos” como “Recebimentos Extraorçamentários”, conforme parágrafo único do art. 103 da Lei Federal nº 4.320/64.

Critérios de Reconhecimento e Classificação dos Recebimentos Extraorçamentários

As contas listadas como Recebimentos Extraorçamentários são todas aquelas cujos valores transitaram positivamente em contas do sistema financeiro. Consideram-se ainda os valores inscritos em restos a



pagar, que por força do parágrafo único do artigo 103 da Lei Federal 4.320/64 compõem esse grupo para fazer contrapartida aos valores empenhados na despesa orçamentária e não pagos. Nesse grupo são evidenciados os ingressos não previstos no orçamento, que serão restituídos em época própria por decisão administrativa ou sentença judicial. A seguir, o departamento de contabilidade listou o significado dos principais grupos de contas apresentados como Recebimentos Extraorçamentários:

Restos a Pagar (Inscritos no Período)

Representam todos os valores inscritos em restos a pagar no final do exercício de 2016 não processados ou não processados a pagar; Receita Extraorçamentárias – Representam os ingressos de recursos que se constituem obrigações relativas a consignações em folha, fianças, cauções, etc.

Critérios de Reconhecimento e Classificação dos Pagamentos Extraorçamentários

As contas listadas no grupo de Pagamentos Extraorçamentários são todas aquelas cujos valores transitaram negativamente em contas do sistema financeiro. Nesse grupo são evidenciados os pagamentos que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária, como:

Restos a Pagar (Pagamentos no Período)

Representam todos os valores pagos de restos a pagar durante o exercício de 2016;

Despesas Extraorçamentárias

Representam o pagamento de todos os ingressos extras orçamentárias, como o pagamento de consignações em folha, devolução de fianças, cauções, etc.

BALANÇO FINANCEIRO

O processo de planejamento orçamentário, que pressupõe a ação planejada e transparente, a execução orçamentária também deve se pautar de modo apropriada, ou seja, o ciclo orçamentário deve ser acompanhado durante a sua fase de execução para que ações de controle possam ser efetivadas à medida que os resultados dos programas governamentais se apresentarem aquém do inicialmente estabelecido, ou na hipótese de se desejar um aperfeiçoamento da ação.

Inicialmente, é conveniente esclarecer que a FONTE DE RECURSOS aqui referida não se confunde com a “fonte” definida no nível 4 da classificação econômica da receita, refere-se a um importante característica que distingue as receitas públicas em dois grandes grupos: **vinculadas e não-vinculadas**. Conforme o Manual de Contabilidade Pública Aplicada ao Setor Público, 7ª edição, por meio do orçamento público, as fontes/destinações são associadas a determinadas despesas de forma a evidenciar os meios para atingir os objetivos públicos.

Logo, o orçamento do município não foi planejado para executar por “Fonte de Recurso”, elaborado pelo o gestor anterior, havendo muitas distorções de previsões de receitas sem nenhum critério de aplicação e destinação, dificultando toda a execução orçamentária e a demanda da sociedade em busca dos seus benefícios.



O Anexo 13 da Lei nº 4.320/64, define a estrutura do Balanço Financeiro, no qual a Receita Orçamentária é desdobrada segundo sua destinação e funções e a Despesa Orçamentária segundo sua destinação e funções. Os Ingressos e os Dispêndios do Balanço Financeiro para os Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social demonstram o movimento das operações financeiras do exercício, evidenciando a Receita e a Despesa Orçamentárias, os recebimentos e os pagamentos de natureza Extra-Orçamentária, bem como os saldos financeiros provenientes do exercício anterior e os que transferem para o exercício seguinte, conforme demonstrado abaixo:

INGRESSOS		
DESCRIÇÃO	VALOR - R\$	AV
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	485.405,94	55,08%
ORDINÁRIO	485.405,94	55,08%
VINCULADO	0,00	0,00%
Vinculado	0,00	0,00%
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS (RECEBIDA)	58.000,00	6,58%
RECEBIMENTOS (EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	3.729,44	0,42%
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	334.146,86	37,92%
TOTAL	881.282,24	100,00%

A receita orçamentária totalizou R\$ 485.405,94, equivalente a 55,08% do total, sendo a Receita Ordinária somou R\$ 485.405,94, ou seja, recursos arrecadados no exercício referente a recursos próprios.

A análise do Balanço Financeiro permite verificar todos os valores que interferiram de alguma forma no resultado financeiro do exercício, visto que este deve listar todos os ingressos e saídas financeiras executadas no período.

DISPENDIO		
DESCRIÇÃO	VALOR - R\$	AV
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	138.094,25	15,67%
ORDINÁRIO	138.094,25	15,67%
VINCULADO	0,00	0,00%
Vinculado	0,00	0,00%
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS (CONCEDIDA)	0,00	0,00%
PAGAMENTOS (EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	1.915,96	0,22%
SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	741.272,03	84,11%
TOTAL	881.282,24	100,00%



A Despesa Orçamentária totalizou R\$ 138.094,25, equivalente a 15,67% do total, sendo a Despesa Ordinária somou R\$ 138.094,25, ou seja, despesas empenhadas no exercício referente a recursos próprios.

Análise do Resultado Apurado

A análise e a verificação do Balanço Financeiro têm como objetivo predominante preparar indicadores que servirão de suporte para a avaliação da gestão financeira. Tal demonstrativo parte do saldo inicial de 2018 (ou final de 2017) e demonstra a entrada e saída de recursos financeiros, bem como suas equivalências, até chegar ao saldo final disponível em bancos conta movimento e aplicações, ao término de 2018.

Dessa forma, podemos demonstrar resumidamente a composição e movimentação do saldo financeiro, conforme segue:



DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente relatório buscou retratar com clareza e objetividade as informações apresentadas nas demonstrações contábeis, bem como seus resultados do período de janeiro a dezembro de 2018, buscando o máximo de transparência aos usuários das informações. E para qualquer outro esclarecimento necessário, a contadoria municipal, responsável pela elaboração do presente relatório, ficará à disposição.

EDNA MARIA DE OLIVEIRA SILVA
Presidenta do COMDICA

Moabe Gleidson Francisco Barbosa
Responsável pelo Controle Interno

Allen Waldir Ramos Ferreira
Contador CRC PE nº 023266/O-4